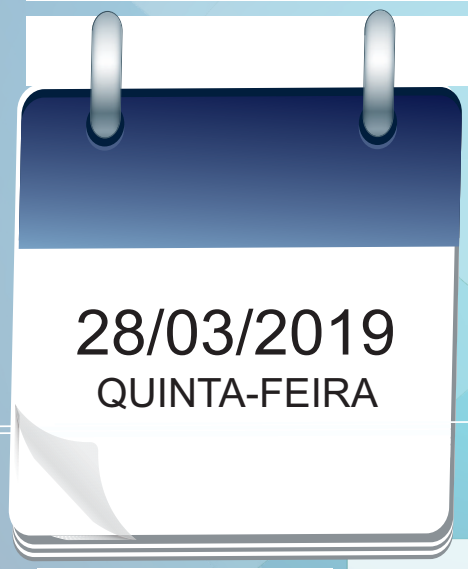
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

Decisão sobre antecipação de eleição na UEG cabe ao governador

Nova votação fora do prazo para escolha de reitor de universidade depende de alteração em decreto. Titular pediu afastamento depois de ter o nome envolvido em supostos desvios

27/03/2019 - 21:30



Ivano Devilla (à esquerda), indicado como reitor interino após afastamento de Haroldo Reimer (ao microfone) (Foto: Reprodução)

As suspeitas de desvios em bolsas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) fizeram com que o reitor Haroldo Reimer da Universidade Estadual de Goiás (UEG) pedisse afastamento voluntário, que foi acatado pelo Conselho Universitário (CsU), em reunião que durou toda a quarta-feira (27). Mas este ato não consta no regimento da instituição e leva a crer que a gestão teve a intenção de evitar uma intervenção na universidade, caso ele fosse afastado por votação do conselho. Reimer apresentou o pedido no início do encontro e evitou entrar em polêmicas sobre sua relação com o atual governo. Ele não concedeu entrevistas sobre o assunto nesta quarta-feira. A assessoria de imprensa da instituição informou que ele falará com a imprensa às 15 horas desta quinta-feira (28).

O argumento de Reimer, que está à frente da UEG há sete anos, é que esta decisão foi tomada depois de analisar todas as possibilidades para que fosse mantida a estabilidade da instituição. Ele argumentou que os questionamentos públicos levantados nos últimos dias, que acarretaram exposição negativa da instituição, o fizeram decidir pelo afastamento voluntário.

Pela manhã, na reunião, o reitor Haroldo Reimer já havia indicado a proposta de antecipação das eleições. Um dos membros do CsU informou que esta prerrogativa cabe apenas ao governador, via decreto. "Esta indicação será levada ao governador via departamento jurídico e é ele quem decide sobre isto. Nós faremos esta sugestão", adiantou, mas reforçou que Ronaldo Caiado (DEM) não precisa acatar. "Ele pode escolher".

A intenção dos membros do conselho é que as eleições, que estavam previstas para ocorrer só no próximo ano, sejam realizadas em junho deste ano e que o novo reitor assuma em agosto. Assim, no entendimento dos participantes do encontro, a autonomia da instituição seria mantida. "Uma intervenção neste momento, a pouco tempo das eleições, não seria interessante para a instituição. Gostaríamos da antecipação das eleições para preservar a autonomia da instituição através do conselho", disse uma das pessoas que participou da reunião.

A assessoria do governador informou que não deverá se pronunciar sobre o tema neste momento, assim como a assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedi), que também informou que não se posiciona em respeito à autonomia da instituição.

A assessoria do governador informou que não deverá se pronunciar sobre o tema neste momento, assim como a assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedi), que também informou que não se posiciona em respeito à autonomia da instituição.

Depois de acatado o pedido de afastamento voluntário de Reimer, que fica no cargo até dia 31 deste mês, foi discutido e aprovado que o professor Ivano Devilla, atual pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, deve assumir interinamente o cargo de reitor a partir de 1º de abril. Durante a reunião, Reimer afirmou que não tem nenhuma intenção de voltar a ocupar o cargo de gestão. Mas a decisão do reitor em apresentar esta saída antecipada preocupa alguns membros do CsU, já que a medida não está prevista em regimento e daria brechas para intervenção do governo estadual. "Mesmo o governo falando em autonomia, isso nos causa temor. Uma intervenção feriria nossa autonomia neste momento", disse uma pessoa que participou da sessão plenária nesta quarta-feira.

O artigo 37 do Estatuto da UEG estabelece que "o governador do Estado decretará, a qualquer tempo, diante de solicitação do CsU ou de representação do Ministério Público ou do Tribunal de Contas do Estado, demonstrando a prática ou fortes indícios de irregularidade grave e/ou de ilegalidade na administração da UEG, o afastamento temporário do reitor e/ou do vice-reitor, designando interventor para aprofundada apuração dos fatos e apresentação de completo relatório no prazo de 60 dias úteis, podendo, em caso de necessidade, estender tal prazo pelo tempo suficiente à recondução da universidade à normalidade administrativa".

Ao final da sessão plenária realizada nesta quarta-feira das 10 às 17h30 na sede da UEG, em Anápolis, o professor Ivano Devilla, que assume interinamente a partir de segunda-feira (1º) disse que é extremamente técnico, que "tarefa dada é tarefa cumprida" e que pretende colaborar com a continuidade dos avanços da instituição. Já Reimer agradeceu a última sessão que presidiu e disse que esta não era a forma com que gostaria de se despedir. Ele afirmou que precisa de tempo para preparar sua defesa e que o ataque sofrido contra sua moralidade fará com que leve tempo para ela ser reconstruída. O reitor chegou a dizer que a situação foi o "tal do circo" armado pela imprensa marrom e que em breve a instituição terá uma identidade acadêmica ainda mais forte. (*Mariana Carneiro é estagiária do GJC em convênio com a UFG*)

Reitor é suspeito de desvio de recursos do Pronatec

A convocação do conselho foi feita pelo reitor na última terça-feira (19), em meio a polêmicas envolvendo o recebimento de bolsas mensais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal. Conforme reportagem publicada pelo POPULAR na última quarta-feira, Reimer, que se autoproclamou supervisor geral do programa na UEG, recebeu até o fim do ano passado bolsa de R$ 7,5 mil por mês, assim como o pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Marcos Torres. Este, por sua vez, tinha pelo menos seis familiares recebendo a bolsa pelo programa na universidade. No ano passado, a soma de recursos encaminhados para a instituição para o programa alcançou R$ 4,8 milhões. As bolsas das pessoas com algum vínculo identificado pela Controladoria Geral do Estado (CGE) chegam ao valor de R$ 465,8 mil em 2018.

O POPULAR mostrou ainda que duas decisões do Tribunal de Contas do Estado de Goiás resultaram em multa em desfavor do reitor. Uma delas foi aprovada pelo Tribunal na última quarta-feira, data em que foi publicada a primeira reportagem do POPULAR sobre o assunto.

O relatório do conselheiro Sebastião Tejota já estava pronto desde maio do ano passado. O caso específico é relativo a supostas irregularidades em concursos das Polícias Militar e Civil, e do Instituto Mauro Borges, em 2012. O reitor foi multado por ter homologado o resultado antes do desfecho de inquérito policial, diz o documento. No que se referia ao Estado, o relatório foi pela improcedência da representação, deixando de aplicar multa, por exemplo, aos secretários de Gestão e Planejamento da época.

A outra decisão do TCE citada no requerimento é relativa a irregularidades em licitação para compra de cadeiras e mesas para portadores de necessidades especiais, e carteiras universitárias, com valor estimado de R$ 2,7 milhões. O pregão também é de 2012, ano em que Reimer assumiu a reitoria, após pedido de demissão do então reitor Luiz Arantes, em meio a denúncias de irregularidades. A decisão aplicou multa de R$ 6,5 mil a Reimer e ao pregoeiro.

Justiça determina concurso e uso de cadastro de reserva

Universidade Estadual de Goiás (UEG) deve convocar cadastro de reserva e novo concurso. A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), conforme o voto do juiz substituto em segundo grau Fábio Cristóvão de Campos Faria. Segundo o relatório do magistrado, o Estado de Goiás deverá promover, em até 180 dias, a nomeação e posse dos candidatos aprovados no último certame e, ainda, nos próximos cinco anos, em escalonamento, realizar novos concursos para provimento de cargos docentes e técnicos administrativos. Segundo a decisão, 80% do quadro de pessoal é composto por temporários.

De acordo com a decisão, a UEG poderá manter os estão em vigência, respeitados os quantitativos máximos: 20% para técnico-administrativos e 33,3% para docentes. Criada em 1999, a instituição de ensino apenas promoveu um concurso, em 2013, também por decorrência de ação civil pública (ACP). A ACP foi movida pela Defensoria Pública do Estado. A assessoria da UEG disse que não foi notificada da decisão.

ONLINE CLIPPING
Jornal:O Popular
Data: 28/03/2019 Editoria: 1º Caderno
Página: 16 Coluna:

Decisão sobre exames deve sair em até 30 dias, afirma Detran

CNH Convênio com UEG chega ao fim em agosto e presidente da autarquia quer apresentar até o fim de semana estudos para o governo se posicionar

Márcio Leijoto
marcio.leijoto@opopular.com.br

Weimer Carvalho



Presidente do Detran, Marcos Silva, acredita em economia com medida

O presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), Marcos Roberto Silva, quer apresentar até o fim desta semana uma proposta ao governador Ronaldo Caiado (DEM) para substituir o contrato com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) de realização exames práticos para obtenção da carteira nacional de habilitação (CNH). "Os próximos 30 dias serão cruciais", diz. O convênio, assinado em 2006 e renovado três vezes, vence em agosto.

Conforme o POPULAR mostrou na edição de ontem, o Detran-GO trabalha com duas possibilidades: assumir o serviço ou abrir uma licitação. O anúncio de que não renovaria o contrato, feito pelo presidente da autarquia, em primeira mão durante entrevista ao vivo transmitido no perfil do jornal no Facebook, teria pego a UEG de surpresa. A assessoria da instituição diz que não houve nenhum comunicado da decisão.

Apesar de frisar que aguarda uma definição do governador, Silva não esconde a preferência para que o próprio órgão faça os exames, em vez de licitação. "Representaria uma economia de 40% a 50%", afirmou. Em 2018, o Detran-GO repassou mais de R$ 14 milhões para a universidade pela realização dos exames.

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o presidente do Detran-GO comentou que para assumir o serviço com qualidade seria necessária a realização de concurso público e frisou que o órgão tem poucos servidores efetivos. Seriam 293, mas com 155 já podendo se aposentar. Entretanto, quando questionado sobre o tempo para realização de um concurso, afirma que não é viável nos próximos meses e que o Detran-GO teria condições de absorver a demanda sem necessidade de contratação.

Silva afirma que o órgão teria até 150 servidores capacitados para compor as bancas examinadoras, mas que seriam necessários ao todo entre 250 e 300. Para isso, uma possibilidade estudada por Silva, caso o governo opte pelo Detran-GO assumir o serviço, seria retomar as parcerias com instituições como a Polícia Militar.

FRAUDES

O contrato com a UEG por dispensa de licitação foi assinado em 2006 tendo como justificativa as denúncias de fraudes nos exames realizados por servidores do Detran-GO. Silva diz que a realidade hoje é bem distinta à de 13 anos atrás e que a autarquia conta com tecnologia e estrutura para combater fraudes. Ele cita, como exemplo, o sistema de telemetria implantado recentemente. "Tudo é filmado agora."

Durante a coletiva, Silva elogiou o serviço prestado pela UEG e destacou várias vezes que a decisão tem a ver com uma determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para restringir os contratos por dispensa de licitação e para não renovar com a UEG por ela não ter como atividade-fim a realização de exames para obtenção de CNH.

O contrato havia vencido em janeiro, mas foi renovado porque na época o novo governo não teria, segundo Silva, como tomar uma decisão sobre o assunto. "Estamos fazendo isso para atender uma determinação do tribunal de contas, dentro dos princípios de transparência e legalidade."

O presidente diz que não vê motivos para procurar a UEG neste momento e que o comunicado será feito quando tiver uma decisão mais concreta sobre como se dará o serviço. Silva afirma que o cidadão não sentirá a mudança, tampouco impacto financeiro – mesmo que haja uma economia na mudança de gestão dos exames. Ele comenta que o dinheiro que possa vir a ser economizado será investido na própria autarquia.

A UEG foi procurada nesta quarta-feira para repercutir a entrevista com Silva, mas até o fechamento desta edição não deu retorno às perguntas.

Escola para treinar servidores

O presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), Marcos Roberto Silva, diz que a autarquia vai lançar uma escola pública de trânsito, com estrutura física em Goiânia, para oferta de cursos relacionados ao trânsito abertos para servidores, pessoas que trabalham no setor, como funcionários de autoescolas e cidadãos, e que esta escola poderá fazer parcerias com instituições de ensino. Silva diz que ainda falta uma definição sobre o imóvel onde ficará a unidade, mas garante que a criação é uma decisão já tomada.

Ainda não há detalhes sobre como será esta escola de trânsito, mas ela foi citada ontem, durante coletiva a respeito do fim do contrato com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) como espaço para treinamento dos servidores que vierem a realizar exames práticos de habilitação.

SAÚDE

Brasil vive retrocesso com perda de país livre de sarampo

O anúncio de que o país vai perder o certificado de eliminação da doença foi feito pelo próprio Ministério da Saúde na semana passada após surgir mais um caso de sarampo no final de fevereiro

DA AGÊNCIA BRASIL

FOTOS: DIVULGAÇÃO



A perda do status de país livre do sarampo representa um retrocesso para o Brasil e as Américas, segundo avaliação da vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), Isabella Ballalai. O anúncio de que o país vai perder o certificado de eliminação da doença foi feito pelo próprio Ministério da Saúde na semana passada, após a confirmação de mais um caso no Pará, no fim de fevereiro.

"É triste ver voltar uma doença que já foi uma das principais causas de mortalidade infantil. A vacinação contra o sarampo mudou a mortalidade infantil, fez cair a mortalidade infantil. Conversando com um grupo de médicos como eu, que viu sarampo, assinei muito atestado de óbito de criança que morreu por sarampo, ver a doença voltar é, sem dúvida alguma, um retrocesso que não precisava existir", disse.

Em entrevista à Agência Brasil, a pediatra, que atua há mais de 30 anos na área de imunização, defendeu estratégias com foco na comunicação com a população e na capacitação de profissionais. Ela lembrou que, apesar das baixas taxas de cobertura, a dose contra o sarampo sempre esteve disponível nos postos de saúde.

"Todos os anos, a gente tem a campanha de atualização da caderneta de vacinação. Antigamente, era uma campanha só para o sarampo. Agora, passou a ser um dia para atualizar todas as doses em atraso."

A especialista afirmou que é necessário resgatar a memória sobre a importância da vacina na imunização e a compreensão de que, mesmo não tendo a doença, se parar de vacinar, o mal pode voltar.

"Parece que as pessoas hoje prestam mais atenção em fake news, numa informação que não é verdadeira, e não valorizam a doença. Antigamente, quando o ministério fazia uma campanha contra o sarampo, as famílias iam correndo porque viam os amiguinhos dos filhos morrerem ou adoecerem por sarampo. Hoje em dia, ninguém mais vê sarampo."

REVERSÃO DO QUADRO

Para Isabella Ballalai, o Brasil tem chance de reverter o quadro de surto de sarampo e reconquistar a condição de país livre da doença. Segundo ela, o brasileiro, em geral, acredita nas vacinas, mas precisa ser mais bem informado e ter maior facilidade no momento de acessar a dose.

A pediatra destacou que o país conta atualmente com cerca de 36 mil salas de vacinação na rede pública, mas o funcionamento desses locais precisa ser revisto.

"Os postos ainda funcionam em horário comercial e param para almoço. Precisamos rever isso porque as famílias trabalham. Na realidade, o que a gente precisa é parar o que está sendo feito e rever como fazer. Vacina a gente tem. Sala de vacinação a gente tem. Brasileiros que acreditam em vacinação são maioria. O antivacinismo não é um problema grande no Brasil, é muito pequeno e não é esse o motivo que faz com que as pessoas não se vacinem."

VACINAÇÃO

A vice-presidente da SBIm reforçou que a vacinação contra o sarampo, em particular, não é prevista apenas para crianças – adultos até 49 anos também precisam ser imunizados. No Amazonas, segundo ela, a maior parte dos casos foi identificado em adultos, não em crianças. Esse, na avaliação da especialista, é outro grande desafio na busca pelo certificado de eliminação da doença.

"A gente precisa ter a população adulta vacinada. O ministério oferece a vacina gratuitamente para eles. Essa comunicação é a mais difícil de ser entendida – fazer essas pessoas irem tomar vacina. Não é vacina de criança, é vacina de todos nós. O sarampo é mais grave em adultos do que em crianças, e o adulto ainda transmite para a criança que não está vacinada. A gente precisa vacinar, pelo menos, todos até os 49 anos de idade", afirmou.

NÚMEROS

De 1º de janeiro a 19 de março deste ano, foram confirmados laboratorialmente 28 casos de sarampo em dois estados do Brasil, sendo 23 no Pará e cinco no Amazonas. Os casos, de acordo com o Ministério da Saúde, estão relacionados à cadeia de transmissão iniciada no país em 19 de fevereiro do ano passado.

Durante todo o ano de 2018, foram confirmados 10.326 casos de sarampo, sendo 9.803 no Amazonas, 361 em Roraima e 79 no Pará. O pico da doença foi registrado em julho passado, quando 3.950 casos foram contabilizados.

Diário da Manhã WWW.DM.COM.BR GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2019

"Plano de Recuperação Fiscal é questão de sobrevivência dos Estados", afirma Caiado

Em reunião com governadores, Paulo Guedes defendeu apoio financeiro aos Estados



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

O governador Ronaldo Caiado afirmou que a prioridade, por questões de sobrevivência dos Estados, deve ser o Plano de Recuperação Fiscal que será anunciado nas próximas semanas pelo governo federal. E cobrou ainda celeridade na tramitação da proposta. As declarações foram dadas, ontem, durante encontro do Fórum de Governadores, no Palácio do Buriti, em Brasília (DF).

Caiado explicou que os governadores precisam de um tratamento imediato antes das demais propostas que estão em discussão. "Como parlamentar que fui durante 24 anos, sei como que é a tramitação de uma PEC [do Pacto Federativo]. Precisamos de imediato de um plano emergencial", disse, ao se referir a outros projetos. "Se vai desvincular, se vai ter Pacto Federativo, se vai ter o dinheiro do pré-sal, aí são outras situações que nós precisamos, mas antes é necessário garantir essa sobrevivência", asseverou. A proposta de recuperação será enviada à Câmara dos Deputado em forma de projeto de lei complementar, com tramitação mais rápida.

Ronaldo Caiado disse que já existe uma certa ansiedade por parte dos governadores, porque a proposta já deveria ter sido enviada. "A informação que tivemos era que o Mansueto [Almeida, secretário do Tesouro] enviaria semana passada. É preciso garantir essa celeridade. Acreditamos que nos próximos dias ela será enviada para a Câmara", reforçou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que "governos anteriores pelo País fizeram coisas imperdoáveis". E afirmou que é a favor de uma ajuda imediata como defende Caiado. "Esse movimento [Plano de Recuperação Fiscal] é um balão de oxigênio. Ajuda governadores comprometidos com os ajustes", salientou Guedes.



Ronaldo Caiado: estados precisam de socorro financeiro da União

Governador articula com Moro apoio para combate aos crimes federais nos Estados

DA REDAÇÃO

Em reunião com o ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, o governador Ronaldo Caiado reivindicou maior amparo do governo federal para intensificar o combate ao crime organizado nos Estados. "Precisamos de um amparo maior, uma presença maior de autoridades federais atuando em crimes que são federais", justificou o governador.

Compromisso presente no plano de governo de Caiado, o Núcleo de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado já está em fase de implantação. Além disso, em dois meses, a Segurança Pública tem conquistado resultados positivos na prevenção e repressão à criminalidade. Exemplos são as quantias de material explosivo, de armas, que nem o Exército Brasileiro tem, e o alto volume de drogas que os policiais goianos estão apreendendo. "Isso mostra a necessidade de termos um amparo maior, de termos uma presença maior das autoridades federais, já que se trata de crimes federais", esclareceu Caiado.

O ministro Sérgio Moro reiterou disposição em apoiar o trabalho já realizado por Ronaldo Caiado e acertou andamento de integração do governo federal ao Núcleo de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado em Goiás. "Conversamos sobre a necessidade dessa interação ainda maior entre as polícias civil, militar e federal, além das informações integradas entre Secretaria da Economia, Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras], Ministério Público e Poder Judiciário", pontuou o governador.

Ficou acertado que Goiás vai enviar uma equipe que irá ao DF para um período de integração. "Queremos total sintonia para a ampliação das nossas ações, com resultados para poder inibir esse processo da corrupção e também do crime organizado", salientou Caiado.

No encontro, Moro também confirmou a escolha de Goiânia como uma das cinco primeiras cidades a receberem o Plano de Ação para Enfrentamento à Criminalidade Violenta no Brasil. A expectativa do governador Ronaldo Caiado é de que com a atuação conjunta entre as polícias goianas e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, os resultados na capital do Estado aconteçam rapidamente e sugeriu que na etapa seguinte o plano de ação vá para o Entorno do Distrito Federal.

O governador explicou que, ao se analisar cidade por cidade no Entorno, verifica-se que há municípios que estão entre os cinco mais violentos do país. São os casos de Luziânia, Novo Gama, Águas Lindas. "Lógico que nessa ótica, se apenas analisarmos o conglomerado de números, Goiânia tem um significado maior pela sua projeção. Mas, proporcionalmente, essas outras cidades do Entorno têm números expressivos. Tanto que disse ao general Theóphilo que daríamos conta de fazer essa tarefa em 60 dias e propus que depois deslocássemos para o Entorno de Brasília. A sugestão foi acolhida no momento em que ele apresentava o projeto em Goiânia", contou.

Caiado lembrou que o secretário Nacional de Segurança Pública, General Theóphilo, esteve em Goiás para apresentação, em primeira mão, da versão inicial do Plano de Ação, em 12 de março. O fato, segundo Ronaldo Caiado, é fruto do reconhecimento à seriedade e ao empenho do governo em fazer de Goiás uma referência na área da Segurança Pública. "Acreditamos muito nesse projeto, que deve olhar também para a área social, de criação de empregos e oportunidades", completou o governador.



Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

Linha Cruzada

- A Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Educação e Fundação Telefônica Vivo lançam hoje, às 11 horas, no auditório do TCE, o Projeto Aula Digital. O objetivo é formar e acompanhar educadores, além de desenvolver conteúdos educativos digitais.
- O Hospital de Doenças Tropicais (HDT) informa que a Farmácia Ambulatorial da unidade estará fechada nesta sexta-feira em virtude da realização do Inventário Nacional dos Medicamentos Antirretrovirais e Insumos de Prevenção, conforme orientação do Ministério da Saúde.
- Porém, o fornecimento de medicamentos aos pacientes internados no hospital não será interrompido e a distribuição de medicamentos para o público externo será retomada no dia 1º de abril.

ONLINE CLIPPING

Jornal:Daqui
Data: 28/03/2019 Editoria: Geral
Página: 04 Coluna:

RECURSO PODE ACELERAR OBRA

REPASSE DO DUODÉCIMO DEVE REDUZIR EM ATÉ DEZ MESES O TEMPO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Conforme previsto no edital de concorrência para contratação de construtora, a obra da nova sede da Assembleia Legislativa de Goiás deve ser concluída em até 40 meses (pouco mais de 3 anos). Entretanto, de acordo com o atual presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), caso o Estado faça o repasse integral das parcelas do duodécimo regularmente, o tempo da obra poderia ser reduzido em até 10 meses.

Lissauer afirma que negociará com o governo estadual o pagamento integral dos valores. "Queremos um diálogo muito tranquilo para o cumprimento da lei que estabelece o duodécimo. Se acontecer, teremos condições de guardar pelo menos R$ 5 milhões por mês para investir na obra", afirma.

O presidente diz que ainda não falou oficialmente sobre o assunto com a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, ou com o governador, Ronaldo Caiado (DEM), mas a conversa deve acontecer em breve. "Sabemos das dificuldades financeiras do Estado", diz. O duodécimo é uma parcela do orçamento do Executivo que deve ser repassado aos poderes Legislativo e Judiciário e aos órgãos como Ministério Público, Defensoria Pública e tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM).

"Hoje nós enviamos o valor das despesas e o Estado manda o recurso, que se restringe às despesas. O valor do duodécimo em si, não é pago na integralidade", explica o presidente. O tema foi citado pelo presidente durante visita dos deputados e outras autoridades ao canteiro de obras ontem. Por nota, a Secretaria da Economia informou apenas que o repasse do duodécimo referente a março foi feito na última terça.

Diomício Gomes



Construção pode receber R$ 5 milhões por mês de investimento

PARALISAÇÃO

A construção da nova sede da Assembleia foi idealizada em 2001 e o projeto foi apresentado em 2005. A primeira paralisação da obra ocorreu em 2007. O trabalho no local foi retomado em 2013 e paralisado novamente 2015, quando foi rescindido o contrato com a Construção Central do Brasil (CCB), empresa que era responsável pela obra.

"Tivemos problemas burocráticos em outras legislaturas, mas agora temos um novo projeto. Hoje a Assembleia está em um local com muito fluxo de trânsito, em uma área que é da prefeitura, sem espaço para a população", avalia Lissauer.

A continuidade da construção foi orçada em R$ 137 milhões e licitada em R$ 114 milhões, o dobro do valor em 2005, quando a obra foi lançada a pedra fundamental. A construtora Jota Ele Construções Civis foi a vencedora da licitação. A nova sede fica localizada no Park Lozandes, próximo ao Paço e ao lado do Ministério Público Federal.

Reitor da UEG renuncia ao cargo

Haroldo Reimer é investigado por nomeação de familiares e amigos em cargos do Pronatec

ISABELA MARTINS*

O reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Haroldo Reimer, pediu afastamento da instituição. O desligamento ocorre em meio a uma investigação conduzida pela Controladoria Geral do Estado (CGE), envolvendo Reimer em irregularidades. Segundo fontes extraoficiais o reitor não deve voltar mais a unidade

De acordo com a investigação, o reitor teria envolvimento na nomeação de familiares, sócios e amigos para atuação em cargos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A informação foi divulgada em um vídeo gravado durante reunião do Conselho Universitário (CsU) nesta quarta-feira (27), onde o reitor comenta que o prazo do afastamento deverá ser deliberado pelo Conselho. "O prazo mais razoável para que eu possa me afastar e cuidar com mais tranquilidade da minha defesa". A reunião aconteceu na sede da Universidade, localizada na BR-153, na zona rural de Anápolis.

Haroldo assumiu a reitoria da UEG em fevereiro de 2012, após nomeação do então governador de Goiás, Marconi Perillo. O antecessor dele, Luiz Antônio Arantes pediu demissão em meio aos indícios de irregularidades na gestão da unidade dois anos anteriores. Auditoria realizada pela CGE apontava 19 irregularidades em sua gestão. Depois, Reimer foi eleito para continuar no cargo por duas vezes, o mandato terminaria em 2020. A primeira reunião do Conselho aconteceu no dia 19 convocada pelo próprio reitor após aparecerem as primeiras denúncias. Já a segunda reunião foi um pedido do Conselho.



Alguns dos servidores nomeados eram parentes de Reimer, sócios ou pessoas próximos do reitor e de outros funcionários da Universidade

Pronatec

Metade dos gastos de 2018 aplicados pela UEG para cursos do Pronatec foram com as bolsas para 204 nomeados sem processo seletivo pelo reitor e pelo pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PRe), Marcos Torres. Dos quase R$ 9 milhões repassados pelo Governo Federal para custear o programa da universidade, 46,7%, cerca de R$ 4,2 milhões, foram destinados para bolsas que dependem de nomeações.

As bolsas pagas a estudantes e professores que passaram por processo seletivo representaram 16,5% e 26,6%. Alguns dos servidores nomeados eram parentes, sócios ou pessoas próximos do reitor e de outros funcionários da Universidade. Os valores das bolsas iam de R$ 600 a R$ 700 mil no ano passado.

O Governo Federal repassa as universidades R$ 10 por hora aula pelo número de alunos que cada curso pode ter. Um curso de 1,2 com 25 alunos receberá R$ 300 mil. Nos últimos dois anos foram oferecidos pela UEG 281 cursos de curta duração para sete mil alunos e outros 22 cursos técnicos para 581 estudantes.

Os maiores valores pagos são justamente para reitor e pró-reitor. Ambos recebem R$ 7,5 mil por mês. A segunda maior bolsa de R$ 7 mil vai para sete pessoas entre elas o pró-reitor de gestão e finanças e a ex-chefe de gabinete.

Extinção

Em 2019, a UEG acabou com os cursos de curta duração e reduziu os cursos técnicos de 22 para 16. Editais de seleção de estudantes e professores foram lançados e a previsão é de que as aulas comecem agora em abril. O valor das bolsas pagas aos servidores nomeados também abaixou. Antes das aulas em 2015 a UEG gastou R$ 55 mil com bolsa para nomeados. A regulamentação do Pronatec foi publicada em novembro daquele ano.

Detran

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran) divulgou nota esclarecendo sobre o contrato com a UEG. Em nota divulgada, o departamento diz que a autarquia entre a instituição e a universidade rende ganhos para ambos os lados. Mas atendendo um pedido do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o órgão quer dar legalidade ao processo de realização de exames práticos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O contrato entre as entidades tem vigência até agosto, e nesse período o Detran vai se desdobrar para atender e regularizar os problemas apontados pelo TCE. **(Isabela Martins** *é estagiária do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades* **Rhudy Cryshtian)**